

50ª Reunião Ordinária

Memória de Reunião

26 e 27 de agosto, Teixeira de Freitas, Hotel Jacarandá



Lista de Presença

Nomes	Instituição
1- Oscar Artaza	1- Secretaria Executiva
2- Marcia Marcial	
3- Rodrigo Borges	2- Instituto BioAtlântica/IBIO
4- Sueli Abad	3- Associação Cultural Arte e Ecologia / ASCAE
5- Wilson Menezes	
6- Eiel A. Soares	4- Coop. Reflorestadores Mata Atlântica Extr. Sul BA/Coopplantar
7- Carlos Alberto Santos	
8- Maria das Graças Depolo	5- Associação de Moradores de Costa Dourada
9- Célio Roberto C. Costa	
10- Almir Requião	6- Manguezal Meu Quintal
11- Rosane Moraes de Araújo	
12- Paulo Dimas Menezes	7- Instituto Cidade

13- Sérgio Andrade	8- Natureza Bela
14- Elaine Januário	9- Associação Mulheres Artesãs de Ponto Central
15- Sueli R. de Freitas	10- Conselho Ambiental de Ponto Central
16- Aldeci Nascimento da Silva	
17- Waldir Paixão Graciano	11 – Associação Moradores Comunidade Oliveira Costa
18- David Simões	12- Fórum Desenvolvimento Sustentável de Caravelas
19- Antonio Emídio da Silva	
20- Leila Ângela A. Fraga	13- Fórum Desenvolvimento Sustentável Posto da Mata
21- Virginia Camargos	14- Veracel
22- Renato Carneiro	
23- Juliano Dias	15- Fibria
24- Cesar Bonine	
25- Narcisio Luiz Loss	
26- Alexandre Di Ciero	16- Suzano
27- Luciana B. Pereira	
28- Thiago Rizzo	
29- Cassiano Schneider	
30- Othon	
31- Alexandra P. Castro	17- Conselho Comunitário de Alcobaça
32- Ademilton dos Santos Marques	18- Artesãos de Monte Pascoal
33- Fernando G. Soares	
34- Anderson Lanusse Vacarri	19- Associação Moradores e Ambientalistas Praia 2 e Lençóis
35- Rubens Benini	20- The Nature Conservancy / TNC
36- Mateus Matter Dala Senta	21- Ministério do Meio Ambiente
37- Jennifer Viezzer	
38- Christiane Holvorcem	21- GIZ
39- Romildo Afonso da Silva	22- Associação Beneficente de Nova Caraíva / ASCBENC
40- Victória da Luz Rizo	23- Assoc. Produtores de Eucalipto do Extremo Sul Bahia / ASPEX
41- Guilherme Baquião	
42- Asher Kiperstok	24- Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB
43- Daniel Piotto	
44- Eduardo A. Bonzatto	
45- Fabio Fernandes Correa	25- Ministério Público Estadual – Núcleo Mata Atlântica / MPBA
46- Natália Coelho	26- Serviço Florestal Brasileiro / SFB
47- José Edelcy S. Braga	27- Braga Consultoria
48- Roberto Carlos de M. Fonseca	28- BR TOP
49- Admilso M. Amaral	
50 - Hélio Medeiros Santana Jr.	29- Instituto Federal de Tecnologia da Bahia – IFBA
51- Lausanne Soraya Almeida	30- Fundação José Silveira – Arboretum
52- Edmundo Guimarães	31- Associação dos Guias da Costa do Descobrimento / AGTUR

PAUTA DA REUNIÃO

1.- Comentários em relação ao capítulo 3 do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Seguro que trata do Diagnóstico- Gestão Ambiental - Instância de Governança.

- 2.- Informe do status atual do monitoramento independente da cobertura vegetal -
 - 3.- Informe do status atual do melhoramento da sinalização vertical nas estradas de potencial turístico nas áreas de influência das empresas -
 - 4.- Informe dos desdobramentos dos trabalhos com movimentos sociais -
 - 5.- Apresentação dos desdobramentos do Grupo de Trabalho
 - 5.1.- Andamento do Plano participativo de recuo do litoral - Piloto Costa Dourada -
 - 5.2.- implementação e disseminação do CEFIR no sul e extremo sul da Bahia -
 - 5.3.- Cadeia Florestal e Uso Múltiplo
 - 5.3.1.- Apresentação da proposta de Plano estratégico de restauração -
- Mesa Redonda com o tema: Árvores Transgênicas
- 5.3.2.- Continuação do tema Cadeia florestal e uso múltiplo -
 - 5.4.- Indicadores de sustentabilidade na atividade florestal -
 - 5.5.- Plantios florestais para celulose nos municípios de Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri - O que pode ser feito?
 - 5.6.- proposta de priorização de ações segundo semestre 2014

DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO

Dia 26 - tarde

1.- Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica

O representante da Veracel fez observações em relação a parte do texto com que se descreve o Fórum Florestal no Capítulo do Diagnóstico - Gestão Ambiental - Instâncias de Governança , contidas no Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica - Porto Seguro. Afirmou que contactou Renato Cunha e que o mesmo concordou que foi feita uma análise rápida e pediu desculpa por um ponto ou outro. Ressaltou que o FF é um dos colegiados mais atuantes e permanentes do Extremo Sul e que não é questão de fazer antagonismo com o Plano Municipal da Mata Atlântica, que é peça importante para Porto Seguro, feito com seriedade e tendo a SOS Mata Atlântica e a Conservação Internacional - Brasil como um dos principais responsáveis. Segundo ele, a principal questão é corrigir informação que não é correta, pois o FF é o colegiado que tem operado permanentemente no território, com agenda e encontros regulares. O representante do Instituto Cidade também fez algumas colocações sobre o tema.

Encaminhamento: A secretaria executiva solicitará aos responsáveis pela elaboração do Plano a inclusão de uma errata corrigindo com as devidas informações.

2.- Informe do status atual do monitoramento independente da cobertura vegetal

A representante da Veracel comunicou que a segunda etapa do Monitoramento Independente da Cobertura Vegetal será realizada pelo mesmo consórcio responsável pela primeira etapa – IBio, Econanfi, LEEC/ESALQ -, estando em fase de contratação. Informou ainda que o grupo de acompanhamento formado irá fiscalizar as ações do consórcio vencedor, mantendo a plenária informada do andamento do estudo, até a sua conclusão, prevista para 18 meses.

Em relação ao novo edital lançado para a realização do monitoramento da cobertura vegetal da área de influência das empresas Fibria e Suzano a secretaria executiva informou que foram recebidas quatro propostas. O prazo para avaliação das propostas se encerra dia 18 de setembro e a expectativa de contratação da proposta vencedora é até a primeira quinzena de outubro.

2.- Informe do status atual do melhoramento da sinalização vertical nas estradas de potencial turístico nas áreas de influência das empresas

O representante da ASCBENC cobrou o fato da Veracel não ter cumprido parte do que foi acordado na visita técnica às estradas de acesso a Caraíva pela BR 101. Citou que não foram tiradas algumas curvas da estrada, inclusive uma próxima ao Cotovelo, e não foi feito o corte de uma ladeira. Com relação a pendências com a prefeitura, afirmou que as mesmas estão sendo sanadas, possibilitando o trabalho em parceria com a Veracel. A representante da Veracel declarou que o assunto está no radar da empresa e em negociação, intermediado por um representante da Cooplar. Lembrou que a Veracel tinha pensado a sinalização em um único sentido e que com a visita técnica surgiu a necessidade de sinalizar nos dois sentidos, com placas informativas, de indicação de velocidade e boas-vindas.

Nesse tema foi apresentado o vídeo sobre segurança nas estradas produzido pela empresa, que teve como tema principal o acesso a Caraíva e foi veiculado em horário nobre, na região Sul da Bahia, pela afiliada local da Rede Globo. O representante do Instituto Cidade esclareceu que o acordo de sinalização incide sobre estradas de terra que passam sobre os talhões de eucalipto, onde turistas e até moradores se perdem, por conta da uniformidade da paisagem. As estradas-piloto do acordo são as do Picadão da Bahia, em Mucuri, divisa com ES e as que levam a Caraíva, a partir da BR 101.

Na sua apresentação, o representante da Suzano informou que, em parceria com a Fibria, 95 placas educativas e de segurança foram instaladas na Estrada do Picadão, da BR 101 até Costa Dourada, e que a ação contou com apoio da comunidade e da Rebio Córrego Grande. Sobre o recuo dos plantios que consta no acordo e estabelece largura mínima de 15 m (“de tronco a tronco” ou “de cerca a cerca”) e pista de rolamento de 7m, mencionou que ainda não foram feitos todos, mas onde o eucalipto foi cortado já se fez recuo da estrada. Disse que nas proximidades de Oliveira Costa e Costa Dourada decidiu-se pela suspensão do recuo até se fazer o plano de ocupação das áreas recuadas. Representantes de Costa Dourada questionaram a não retirada de eucalipto de alguns talhões, o desbastes dos galhos pequenos e também a ação da empresa Tec Ponta na Estrada do Picadão, perto da comunidade dos parentes. O representante da Fibria pontuou que o acordo do FF vai ser cumprido independente da área ser da Fibria ou da Suzano. O secretário executivo solicitou que na próxima reunião os representantes de Costa Dourada tragam imagens e referências dos locais que precisam ter cuidado especial, como a placa com numeração do talhão, pois fica mais fácil identificar de quem é o plantio.

3.- Informe dos desdobramentos dos trabalhos com movimentos sociais

O representante da Fibria destacou, em sua apresentação, as ações da empresa no tocante aos movimentos sociais: 1- Pousada Florestal, no Rio Grande do Sul e os acordos com MST-BA.

Especificamente, sobre a Bahia relatou que a experiência está sendo realizada na Fazenda Colatina, onde a empresa decidiu amigavelmente desapropriar a terra e fazer acordo com o MST, ao invés de pedir a reintegração de posse. A iniciativa faz parte do projeto Assentamentos Sustentáveis com Agroflorestas e é uma parceria entre a empresa, governo da Bahia, MST, e a ESALQ. O Programa Alvorecer faz parte do projeto e começa a dar resultados. Entre eles, uma escola de formação de nível técnico, que formará 100 técnicos e a alfabetização de centenas de pessoas. Segundo o representante da Fibria, através do diálogo a empresa mudou a convivência com o MST, que era ruim, e hoje tem agenda com o movimento. Informou que até o final do ano mais uma fazenda será desapropriada e incluída no projeto de assentamentos sustentáveis.

O representante da Veracel fez um pequeno histórico da ocupação das terras das empresas que teve início em 2008 e chegou a situação aguda em 2011 sendo que o Governo do Estado não estava executando as reintegrações de posse cujas liminares eram obtidas junto à justiça e havia cerca de 30 mil hectares de terras da empresa ocupados pelos movimentos sociais. Ressaltou que até então, a Veracel não tinha canal aberto de diálogo, mas ao se deparar com o problema e inspirada pela experiência da Fibria, deu início em 2011, com a intermediação do Governo do Estado ao diálogo com seis movimentos sociais (MST, FETAG, MLT, APRUNVE, FTL e MRC), tendo como foco as áreas ocupadas até julho de 2011. Foi acordado, então, que a empresa não reivindicaria a reintegração de posse das terras ocupadas até esta data, ofertando-as ao INCRA para assentar famílias ligadas aos movimentos sociais envolvidos na negociação, os movimentos assumiram o compromisso de desocupar as terras ocupadas após julho de 2011 e não realizar novas ocupações de áreas pertencentes à Veracel e o Governo do Estado assumiu o compromisso de realizar as ações de reintegração de posse das áreas ocupadas após julho de 2011. O representante da Veracel observou que houve ocupações posteriores feitas por pequenos movimentos sociais criados após 2011 em geral formados por lideranças dissidentes dos movimentos sociais inseridos no acordo. Destacou que o acordo envolve 14 mil hectares de áreas, sendo que 7 mil já foram apresentados ao INCRA e as demais áreas serão apresentadas em breve. O INCRA deverá arrecadar estas áreas com base no decreto 433/92.. Somando-se os 14 mil hectares e áreas que fazem parte do presente acordo com os movimentos sociais aos 2,5 mil hectares que a Veracel adquiriu em 2005 e ofertou ao INCRA para assentar famílias ligadas ao MST, o total de áreas somam 16 mil ha, propiciando o assentamento de centenas de famílias. A empresa contratou a ESALQ, por conta da experiência em assentamentos agroflorestais, para ser parceira na iniciativa. Expôs que hoje existem 22 assentamentos instalados na região de abrangência da empresa, mas que a maioria não tem sucesso. Afirmou que para a empresa a iniciativa não tem volta, pois não se pretende retornar a situação insustentável de 2011 e que o compromisso firmado com governos estadual e federal é de que projeto seja um marco e uma solução inovadora para resolver conflitos agrários em outras regiões. E assinalou que INCRA não libera assentamentos se não tiverem APP e RL.

Por sua vez, a representante da Suzano ressaltou que a empresa já protocolou 7 áreas no INCRA, cerca de 5 mil ha, e que o movimento fala em 700 famílias para serem assentadas.

No momento, a empresa está esperando a vistoria do INCRA para pensar em ações e projetos. A proposta é trabalhar com agroecologia, aplicando metodologia que MST quer e que seja eficiente. Comprometeu-se a trazer o andamento do processo ao FF e no futuro uma visita ao(s) assentamento(s). O secretário executivo enfatizou a importância da iniciativa das 3 empresas, que juntas somam mais de 30 mil ha destinados a agricultura familiar, mas lembrou que a comercialização dos produtos tem grandes gargalos, como transporte, comercialização e industrialização. O representante do Comitê Ambiental de Ponto Central observou que 30% da merenda escolar devem ser da agricultura familiar, mas que as prefeituras exigem nota fiscal e pequeno produtor não tem como emitir. Apontou a criação de cooperativas para resolver o problema. O representante da Fibria afirmou que existem dificuldades também por

falta de conhecimento das prefeituras de como acionar as políticas públicas e que a comunidade de Rio do Sul vai formar uma associação para ter bloco de notas. A representante de Costa Dourada aproveitou para perguntar como está o apoio à comercialização dos produtos do Projeto Mandalas. O representante da Suzano concordou que a comercialização é um dos gargalos e que a empresa está tentando atuar em vários planos, mas precisa do apoio da prefeitura de Mucuri para que os alimentos saiam para alimentar Nova Brasília, Cruzelândia, Juerana etc. O representante da Veracel notou que os projetos de assentamentos sustentáveis trazem contraponto interessante por conta da falta de política pública, que é muito bonita quando anunciada, mas dificilmente chega à região. Falou do papel do FF pressionando para que prefeituras cumpram o papel delas e adquiram os produtos da agricultura familiar. E que existem bons exemplos em projetos de comodatos e em assentamentos que estão obtendo renda e melhorando de vida.

O secretário executivo questionou o que pode-se fazer com enorme desafio e notou que assentamentos já instalados têm dificuldades que dependem do poder público. Sugeriu ainda que fossem elencados dois ou três pontos indicativos em relação a isso.

O representante da Suzano propôs à secretaria executiva a elaboração de um documento a ser encaminhado às prefeituras da região, falando sobre políticas públicas e sobre o cumprimento dessas ferramentas, deixando claro que o FF é solidário e está de lupa em cima. O representante de Oliveira Costa falou das dificuldades de continuidade do projeto Formas da Natureza, principalmente a questão da comercialização das peças, e também da necessidade de qualificação para agricultor. A representante de Costa Dourada enumerou três pontos: motivação do poder público; trabalhar a comunidade para cobrar do poder público e não só das empresas e que MP também cobre das prefeituras a aquisição de 30% da merenda escolar do pequeno produtor. O secretário executivo enfatizou que o FF não é espaço para fazer tudo, mas sim para complementar, e que tem várias instâncias dentro do FF que estão participando de outras instâncias, que podem se inserir e envolver o MP. E solicitou à plenária que traga contribuição mais elaborada de como ajudar as associações a comercializarem seus produtos.

4.- Apresentação dos desdobramentos do Grupo de Trabalho

4.1.- Andamento do Plano Participativo de recuo do litoral - Piloto Costa Dourada

*** reunião realizada na Pousada Rio Mucuri**

O secretário executivo fez o relato da reunião realizada com comunidades de Mucuri, que tem hoje, 80 ha de plantio de eucalipto, para discutir o plano de uso e ocupação do solo nas áreas recuadas no litoral, que contou ainda com a participação de secretário de Meio Ambiente, vice-prefeito e representantes de organizações. Falou também sobre a APA Costa Dourada que é uma ferramenta de gestão importante e precisa sair do papel.

Encaminhamentos:

- Indicação de uma reunião dia 29 de setembro, para elaboração do diagnóstico a ser aplicado nas comunidades de influência do acordo. O diagnóstico vai possibilitar conhecer melhor as peculiaridades de cada comunidade e auxiliar na elaboração do plano de ocupação das áreas recuadas.

- Criar um grupo de pressão local, com representantes de organizações, lideranças do município, para que a APA seja oficializada e seja elaborado o seu plano de manejo.

Respondendo pergunta da representante de Oliveira Costa, o secretário executivo informou na reunião do dia 20 de agosto foi solicitado que as empresas Fibria e Suzano custeassem a formação do conselho gestor da APA e que a proposta não foi aprovada. O representante da Praia 2 e Lençóis argumentou que as áreas de recuo têm eucalipto como ativo econômico, e

que para pensar no desenvolvimento das comunidades tem que pensar no perfil econômico, na aptidão das famílias, muitas vindas da atividade de carvão. Para ele, eucalipto é um ativo que pode ser substituído ao longo do tempo, mas não ser tirado de uma vez só.

4.2.- Implementação e disseminação do CEFIR no Sul e Extremo Sul da Bahia

CEFIR

O representante do Ministério Público-MP falou inicialmente sobre o gabi que aborda o novo Código Florestal, que pode ser baixado no site <http://www.ceama.mpba.mp.br/> (http://www.ceama.mpba.mp.br/biblioteca-virtual-numa/cat_view/1817-codigo-florestal.html). Abordou em seguida os prazos para adesão ao Programa de Regularização Ambiental – PRA, as anistias administrativas, o prazo de recomposição da RL e a sanção caso o PRA não seja cumprido. Destacou o TAC firmado com as empresas Fibria e Suzano, que até março 2015 entregará mapas georeferenciados para cerca de 600 proprietários rurais, mas ressaltou que a maioria não tem capacidade de regularização junto ao Cefir. Comentou que o Inema, gestor do CEFIR, não vai ter pernas para conferir todas as informações do sistema. E apontou como solução que se faça o inverso: que os dados sejam validados por um órgão da Bahia, antes da inserção no Cefir. E citou como exemplo a possibilidade do Projeto Arboretum ser centro de referência para cadastro de imóveis rurais junto ao Cefir. Afirmou a necessidade de se focar em fazer o Cefir, APP e RL e ofertar o uso múltiplo se o proprietário quiser o uso econômico. Observou que no novo Código Florestal a possibilidade da RL ser usada economicamente e para fins comerciais é maior que no código antigo e que com manejo correto pode ter plantio de espécies nativas.

O representante da TNC notou que na nova lei florestal do Espírito Santo é possível reflorestar APP consolidada com exóticas, mas não pode explorar. E mencionou a regulamentação do uso de produtos não madeireiros, como cupuaçu e amêndoa da sapucaia, para ser explorado na APP. O representante da Veracel ponderou que a grande questão é como compartilhar com proprietários estas informações, dando oportunidades deles terem algum ganho, ação que gere alguma renda para estimulá-los. Lembrou que existe uma grande quantidade de proprietários que não são fomentados das empresas, não tem certificação, e o grande desafio é como estender as ações para beneficiar um número cada vez maior de propriedades.

O representante do MP falou que dentro dos PRADAs, contidos no TAC, é oferecida uma cesta de oportunidade de exploração comercial das áreas, além de servir de área de conectividade. E que uma das alternativas é retirar os fatores de degradação e esperar a regeneração por 2 anos, mas muitos proprietários não podem arcar com os custos de insumos importantes nesta etapa, como mourão e arame. O representante da Fibria afirmou que o uso econômico da RL no extremo sul da Bahia pode ser mais uma forma de viabilizar a restauração, que custa cerca de R\$ 25 mil/ha. Falou de uma área experimental da empresa com faixas de restauração e faixas de eucalipto, que propicia ao produtor pagar a restauração e ter um ganho extra. A representante da Aspex frisou que é preciso pensar no momento do produtor rural e da pressão existente, pois se esquece que é o empreendimento da vida dele. Falou do cuidado necessário para o produtor entender o Cefir como proveitoso.

O representante da UFSB falou que um dos grandes desafios da instituição é conseguir elevação do nível cultural e intelectual do jovem da região e que, em parceria com o FF, pode-se pensar num curso de ciências agrárias agroflorestais. O secretário executivo listou 3 pontos para o representante da UFSB: na instalação dos campus universitários ser utilizado madeira certificada; melhoria do sistema de licitação das obras públicas, em parceria com o MP; envolver a universidade para consolidar o potencial das cadeias de base florestal e um curso de desenho para produtos de madeira, como utensílios e móveis.

Encaminhamentos-

Capacitação dos técnicos das secretarias municipais de meio ambiente: Definir com maior objetividade como fazer essa capacitação, qual tipo de custo. Fazer ajustes ao que Junior propôs. Não envolver só órgãos públicos, mas também consultorias que realizam PRADAs. Seminários: em Eunápolis e Teixeira de Freitas.

Formar grupo de trabalho e discutir internamente *cases* de sucesso, como experiência do município de Luiz Eduardo Magalhães, com 95% de adesão ao Cefir. Grupo escolhe coordenador e dinâmica de trabalho para fazer um diagnóstico de onde está o problema.

- Composição do GT: Ismael (Suzano), Humberto (Veracel), Rubens (TNC)

- Seminário de disseminação do Cefir

Secretário executivo conclamou as organizações que fazem parte do FF a encabeçarem o seminário de disseminação do Cefir. O representante do MP falou de 2 eventos que tem relação com o tema que são a inauguração da base ambiental em Valença, no dia 18 de setembro, com palestra sobre CAR e Cefir na Bahia; e a inauguração do Projeto Arboretum, no dia 12 de novembro, com o seminário sobre licenciamento ambiental.

O representante da Fibria argumentou que é mais pertinente abordar a parte técnica, o que mudou, e não se ater ao sistema em si.

4.3.- Cadeia Florestal e Uso Múltiplo

Após apresentação do representante da TNC, o representante da Veracel lamentou o fato do governo estadual não reconhecer a vocação florestal da nossa região e que existe um imenso abismo em relação ao que o estado do Espírito Santo conquistou. E observou que UFSB vai internalizar vocação florestal na sua missão para a região.

O representante da TNC argumentou que podem ser trabalhadas duas frentes para disseminação do Cefir na Bahia: junto com Sema e Inema, gerar cartilha para o produtor entender como funciona e outro produto é detalhar como fazer procedimento operacional do PRADA (formulários, entrada no órgão, quando tem que comprar imagem e qual imagem).

Foi proposta a elaboração de uma carta aberta para os 2 candidatos com maior intenção de votos para o governo estadual, falando da vocação florestal e da importância da região extremo sul para a economia do estado, para abrir discussão sobre o tema com o eleito. Fazer pauta junto a ABAF.

- Viagem a Antonina

O representante do Manguezal Meu Quintal expôs defendeu sua participação como representante do FF no Seminário Nacional: Diálogos para Implantação da Nova Lei Florestal, que acontece de 22 a 24 de setembro, em Antonina/PR. A representação foi aprovada pela plenária.

4.3.1.- Apresentação da proposta de Plano Estratégico de Restauração

O representante da TNC fez apresentação da proposta de plano estratégico de restauração

Mesa Redonda com o tema Árvores Transgênicas

Após o jantar foi realizada uma mesa redonda com o tema árvores transgênicas com a participação de representantes da empresa FuturaGene, Fibria, UFSB e NaturezaBela

Dia 27 - manhã

- Apresentação Projeto PEA "Água para Vida" – ASCAE

A representante da ASCAE informou sobre o andamento do Projeto "Água para Vida", financiado pelo FERFA - Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente e que está sendo desenvolvido no distrito de Ponto Central, município de Santa Cruz Cabrália, tendo como foco a recuperação do manancial que abastece o distrito e também Barrolândia. Resumiu como surgiu a ideia e do engajamento da comunidade, que entendeu a importância do projeto, já que a água é necessidade básica. Foi realizada uma oficina na escola local, que culminou com a formação do conselho ambiental de Ponto Central. Lembrou que a Embasa também é parceira, assim com a prefeitura de Cabrália através das Secretarias de Saúde (com envolvimento dos agentes de saúde e combate a endemias), Meio Ambiente e Educação. O projeto envolve ainda pessoas da 3ª idade. O representante da Veracel afirmou que o projeto é de grande importância ambiental e social na proteção e resgate da mata ciliar do manancial, atuando no sistema de captação que abastece Ponto Central e Barrolândia.

- Doação de mudas de acácias

Em seguida, o secretário executivo propôs que, como existe uma boa quantidade de artesãos que incorporaram madeira de eucalipto no dia a dia, a doação de madeira de acácia fornecida pela Suzano seja destinada preferentemente aos artesãos que trabalham com torno. Propôs que cada grupo receba mensalmente uma cota e que seja feito o acompanhamento da utilização dessa madeira. Convidou outras organizações, empresas, que queiram se envolver e disse que é preciso colocar a madeira mais próxima das comunidades que trabalham, como São João do Monte, Monte Pascoal, Aldeia Guaxuma e outras do entorno do Monte Pascoal. Explicou que em função das retomadas de fazendas promovidas pelos pataxós no entorno do ParNa, a situação está um pouco complicada.

A representante de Costa Dourada sugeriu que a madeira seja também destinada para Oliveira Costa, onde oficina está parada por falta de interesse das pessoas e falta de comercialização, sendo motivo para se fazer um trabalho diferenciado. O secretário executivo informou que sobre a situação de Oliveira Costa será realizada uma reunião específica em 28 de setembro e que se os artesãos desistirem de trabalhar será dado outro destino para o galpão, que não se tornará um elefante branco.

O representante da Suzano ressaltou que foi feita uma consultoria para Oliveira Costa, com lista de produtos e compra certa, mas que houve um esmorecimento por parte dos artesãos locais. Representantes de Costa Dourada e Oliveira Costa falaram de locais com grande ocorrência de acácias, mas foram lembrados que só podem ser retiradas com autorização prévia do Inema e que são exóticas que competem com nativas.

O representante do Instituto Cidade destacou que na reunião do Mosaico surgiu a proposta de que o valor do transporte da madeira seja repassado para os artesãos para que não se crie o vício da madeira gratuita e que o abastecimento com madeira de acácia pode ser uma das alternativas para extinção da extração da madeira em torno dos PARNAs Pau Brasil e Descobrimento, conjugada com solução definitiva que seria o plantio de madeira nativa para artesanato.

O representante da Suzano frisou que as empresas não tem compromisso de abastecer mercado de acácia para sempre e que as peças produzidas com acácia devem conter algo para turista identificar que produto não é feito com madeira nativa. O secretário executivo observou que o Projeto Formas da Natureza tem uma logomarca que pode ser colocada nas peças de acácia e que é preciso caminhar para plano de sustentabilidade, sendo necessário realizar a 2ª reunião do Pacto para Extinção da Extração da Madeira Nativa para Artesanato. Sugeriu ainda que o depósito da madeira de acácia seja em Teixeira de Freitas ou Posto da Mata e que também é hora de ajudar a aldeia Guaxuma com madeira mais barata. O representante da Veracel lembrou que a empresa oferece ao mercado de serrarias de Eunápolis e Itabela 20 mil m³ de toras de eucalipto de 2,5m por ano e que esta cota não é atingida. E que essa madeira pode ser vendida também para cooperativas e associações de artesãos.

- Indicadores de sustentabilidade na silvicultura florestal

O representante do Instituto Cidade sugeriu à plenária que o Monitoramento da Cobertura Vegetal seja transformado em 10º acordo do FF, pois assumiu esta característica depois que Fibria e Suzano decidiram realizar o estudo na área que não é de abrangência da Veracel, cobrindo assim todo o Extremo Sul. Após aprovação pela plenária, definiu-se que a redação será feita pelo representante do Instituto Cidade que enviará o texto pelo grupo de mensagens para conhecimento e sugestões.

O secretário executivo, por sua vez, enfatizou que os indicadores dos acordos devem ser permanentemente atualizados, questionando se cada acordo tem que ter indicadores específicos ou indicadores genéricos. E propôs uma apresentação no próximo GT e apresentação formal na reunião de novembro. Avaliou que o colegiado tem resultados concretos e está na hora de sistematizar de forma séria e mais ampla possível, transformando em uma apresentação do FF, comemorando os 10 anos de existência. Propôs a elaboração de uma publicação para comemorar os 10 anos do FF, que fale sobre a história, o que houve de bom, os avanços e também os retrocessos. A proposta é de lançar a publicação até março de 2015. Para isso, solicitou aos representantes das empresas que acionem suas diretorias jurídicas, operacionais, sociais, de sustentabilidade para fornecerem os dados que serão contemplados na publicação. O representante da Fibria recomendou que seja feito um termo de referencia para produzir a publicação. O representante da Veracel desabafou que a conta sempre fica em cima das empresas e que as instituições também têm trabalhos, foco, compromissos e perseguem suas missões com mais ou menos sucesso. Finalizando, o secretário executivo considerou pertinente a criação de subgrupos dentro do GT e comunicou que o gibi sobre o Código Florestal feito pelo MP Teixeira de Freitas pode ser solicitado por qualquer instituição que queira disseminar dentro de âmbito específico, lembrando ainda que as instituições interessadas em ampliar o alcance da publicação com novas impressões podem entrar em contato com o Núcleo Mata Atlântica do MPE em Teixeira de Freitas.

4.5.- Plantios florestais para celulose nos municípios de Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri - O que pode ser feito?

Projeto Piloto em Costa Dourada – representante do Instituto Cidade questionou se Fibria forneceria à empresa de planejamento de BH carta de exclusividade de 6 meses para fazer, sem custos, o plano de desenvolvimento do litoral de Costa Dourada. O representante da Fibria salientou que boa parte das terras na Bahia, cerca de 45%, foi vendida para outras empresas e que o assunto tem que continuar no radar do FF, mas não tem que entrar na agenda prioritária, pois tem uma série de outras pautas, mais aderentes e cabíveis para buscar resultado em curto e médio prazo. Aproveitou para atualizar a plenária de que não houve nenhuma invasão nos últimos 6 meses, estancando tendência de aumento, e que a empresa

não perdeu nenhuma ação de reintegração de posse este ano. O representante da Veracel externou sua preocupação com a substituição do eucalipto no litoral colocando-se uma atividade que não se sabe os resultados, podendo trazer um impacto maior, desarrumando uma economia que já está assentada. O secretário executivo indagou o que impede de ser replicado o modelo de segurança alimentar que já acontece na faixa de 300m e que com acordo de desconcentração poderia se ampliar o alcance. O representante de Oliveira Costa lembrou que eucalipto foi que mudou a economia da região, que população cresceu e tem que ter alternativa de renda. Por sua vez, a representante de Costa Dourada enfatizou que o tema da desconcentração tem que estar sempre na pauta.

4.6.- Proposta de priorização de ações segundo semestre 2014

A seguir a plenária aprovou a seguinte proposta de priorização de ações:

- 1- Estudos de Monitoramento da cobertura florestal do extremo sul em andamento
- 2- Resolver a questão do recuo do litoral (Costa Dourada e Oliveira Costa)
- 3- Ações que contribuem para a viabilização da implementação do CEFIR
- 4- Cadeia Florestal - Uso múltiplo - Autossuficiência dos usuários de madeira (Plano estratégico)

Até 28 de outubro: grupo de trabalho do Cefir ter um pré-projeto.

Continuação do Pacto para extinção da retirada de madeira nativa: Envolver Ministério Público de Porto Seguro e Teixeira de Freitas.

O representante da Natureza Bela solicitou a inserção no próximo GT do tema gestão das águas.

Esta memória de reunião foi elaborada pela secretaria executiva.

Porto Seguro, 15 de setembro de 2014